



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

ATA Nº 01/2020

Primeira Reunião Ordinária do Comitê Nacional do Ministério Público de Combate ao Trabalho em Condição Análoga à de Escravo e ao Tráfico de Pessoas realizada em 27.01.2020.

Às catorze horas e trinta minutos, do dia vinte e sete de janeiro de dois mil e vinte, reuniu-se na sede do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), localizada no Setor de Administração Federal Sul, Quadra 2, Lote 3, Edifício Adail Belmonte, Brasília, DF, o Comitê Nacional do Ministério Público de Combate ao Trabalho em Condição Análoga à de Escravo e ao Tráfico de Pessoas (CONATETRAP), constituído por meio da Resolução CNMP nº 197, de 26 de março de 2019, para a realização da primeira reunião de trabalho em 2020. Presentes o presidente, Conselheiro Nacional do Ministério Público Sebastião Vieira Caixeta, a Conselheira Nacional do Ministério Público Fernanda Marinela, membro, e os integrantes do Comitê membros auxiliares da Comissão de Planejamento Estratégico, Promotora de Justiça do Estado do Mato Grosso do Sul (MP/MS), Ana Lara Camargo de Castro e a Promotora de Justiça do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT), Alessandra Campos Morato, representando o Ministério Público (MP) dos Estados; a Procuradora da República Ana Carolina Alves Araújo Roman representando o Ministério Público Federal (MPF); a Procuradora do Trabalho Catarina Von Zuben e o Procurador do Trabalho Ulisses Dias de Carvalho representando o Ministério Público do Trabalho (MPT). Fizeram-se presentes também, o Coordenador Geral de Combate ao

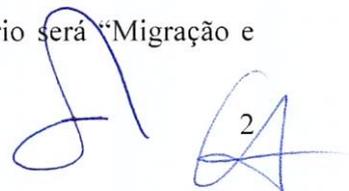
1

A blue ink signature is written over the number '1'. Below the signature, there is a blue ink scribble or mark.



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Trabalho Escravo, Dante Cassiano Viana e a Coordenadora-Geral da Comissão Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo (CONATRAE) do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH), Andréia Figueira Minduca, além da Coordenadora-Geral de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (CONATRAP) do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), Renata Braz Silva. Participou ainda o Procurador do Trabalho Carlos Eduardo Almeida Martins de Andrade, secretariando a reunião. Verificada a presença da composição, o presidente deu início à reunião. Desejando um ano profícuo ante os desafios que se apresentam para 2020, o Presidente cumprimentou e agradeceu aos participantes, justificando a ausência do Conselheiro Silvio Amorim, passando em seguida a relatar sua visita aos refugiados venezuelanos no Estado de Roraima, cujo acolhimento colaborativo interinstitucional apresenta uma boa estrutura e organização, principalmente quanto a crianças e adolescentes que chegam àquele sítio em situação de extrema vulnerabilidade. Em seguida, passou à leitura da pauta. Como primeiro ponto foi aprovada a Ata da reunião anterior com ressalvas apenas quanto à data do Seminário que deve ser retificada para dia 12 ou 16 de março, e quanto a substituição da presença na posse do Colégio de Diretores de Escolas do Ministério Público do Brasil (CDEMP) pelo pedido de inclusão de pauta nas próximas reunião daquele colegiado. Seguindo a pauta, passou a tratar-se do evento da capacitação prevista na Ação 8, que deverá acontecer em São Paulo, no dia 16 de março de 2020. Aberta a palavra, Catarina Zuben informou ter feito contato com Yuri Giuseppe Castiglione assessor do Procurador Geral de Justiça do Ministério Público do Estado de São Paulo (MP/SP), que cedeu auditório para 300 pessoas, situado na sede do Ministério Público do Estado de São Paulo, no dia 16 de março, das 13:30 às 18 horas. Ana Lara Camargo sugeriu envolver também o Procurador de Justiça Paulo Sérgio de Oliveira e Costa, que assumiu a Diretoria da Escola Superior do Ministério Público do Estado de São Paulo, que poderia auxiliar na logística do Seminário. Ficou definido que o Seminário será apenas no período da tarde, com abertura dos trabalhos às 14 horas. Ana Lara Camargo sugeriu também dividir o Seminário em três blocos (painéis) com duração de uma hora cada, a partir das 14:30, com apenas 02 painelistas por bloco: a) academia a sociedade civil, b) empresariado, e c) mesa redonda com membros do Ministério Público um bloco de MP. O nome do Seminário será "Migração e



2



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Desenvolvimento econômico”, e o primeiro painel será “Migração e Refúgio: perspectivas para as próximas décadas”, com a participação da Professora Doutora Rosana Baerninger do Departamento de Demografia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), que fará um cenário da questão migratória para as próximas décadas, e o Padre Paolo Parise, Coordenador da Missão Paz, uma instituição filantrópica de apoio e acolhimento a imigrantes e refugiados na cidade de São Paulo, pertencente aos missionários Scalabrinianos, para discorrer sobre o papel da sociedade civil no acolhimento de imigrantes. O segundo painel será chamado de “Experiências da Reinserção Social”, onde representantes do empresariado apresentam sua experiência em projetos relativos ao tema, tendo como painelistas a Aliança Empreendedora, representada Cristina Filizzolla, bem atuante no 3º setor, além do Instituto C&A e a “Brazil Foundation” para “dar voz” ao empresariado. Logo após, haverá um intervalo de 15 minutos. Em seguida, terá início o terceiro bloco, denominado “Desafios para o Ministério Público brasileiro”, que será uma “roda de conversa” voltada aos membros do MP. Aprovado o modelo do Seminário, o CONATETRAP iniciará a divulgação do evento, de ofício, para os Colegiados, Unidades e Ramos do MP, abrindo as vagas para inscrição de até 3 representantes por unidade ou ramo, além da divulgação que será feita na reunião do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais (CNPGE), que acontece no próximo dia 12 de fevereiro. A Conselheira Fernanda Marinela comprometeu-se a indicar nome para representar o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). A divulgação no meio empresarial seria confiada às entidades parceiras do Seminário (Aliança Empreendedora, Instituto C&A, Abvtex, Febraban), que fariam a divulgação e mobilização entre seus associados. Ana Lara Camargo lembrou que a confirmação dos nomes dos painelistas e a divulgação do evento deve ser feita tempestivamente, pois o Seminário acontece poucos dias após os feriados do carnaval. Dante (Conatrae) comprometeu-se a fazer divulgação pontual junto a alguns de seus parceiros. Para a mesa de abertura seriam convidados os colegiados MMFDH/CONATRAE, MJSP/CONATRAP, Coordenadoria Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo (CONAETE) do MPT, além do Conselheiro Presidente e de representante do órgão anfitrião. Definidas a estrutura e organização do Seminário, seguiu-se à apreciação do Plano de



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Trabalho para o ano de 2020. Ana Lara Camargo passou a detalhar a situação de cada uma das iniciativas do Plano de Ação para 2020. **Ação 1:** “Definir a erradicação do trabalho escravo e o tráfico de pessoas como prioridades do Ministério Público brasileiro.”. Ação Permanente: a) reunião com os gestores do Sistema Nacional de Localização e Identificação de Desaparecidos do Ministério Público (SINALID), às 11 horas, do próximo dia 29 de janeiro, para aproximação com aquele órgão, responsável pela interlocução com os MPs estaduais na localização de pessoas desaparecidas, propondo a atualização do relatório sobre o diagnóstico de pessoas desaparecidas, datado de 2015, visto tratar-se de tema convergente com os objetivos do CONATETRAP; b) Ana Lara Camargo irá buscar pauta no Grupo Nacional de Defesa de Direitos Humanos (GNDH) e no Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais (CNPGE). **Ação 2:** “Estabelecer estratégias de atuação operacional integrada em relação às ações preventivas dos órgãos do Ministério Público”. Ulisses de Carvalho está fazendo o levantamento dos diversos projetos, e encaminhará até março de 2020 informações via ofício ao CONATETRAP. Informou ainda que o MPT estará implantado até meados de 2020 um sistema de punição de trabalho escravo, a partir do qual o procurador regional do trabalho irá receber a notícia de fato/denúncia com informações do trabalho escravo e tráfico de pessoas na respectiva região. **Ação 3:** “Manter contato e participar das atividades de outros órgãos e instituições envolvidas no combate ao trabalho escravo e ao tráfico de pessoas.” O Presidente irá oficiar aos parceiros, apresentando o CONATETRAP e colocando sua estrutura à disposição, até junho 2020. **Ação 4:** “Buscar recursos orçamentários no âmbito do CNMP, para o ano de 2020, para implementação das ações definidas neste plano”. O Presidente irá buscar recursos na reprogramação orçamentária do CNMP, previsto para junho de 2020. Atualmente o Comitê não conta com qualquer recurso orçamentário. **Ação 5:** “Criar, manter e/ou compartilhar base de dados que reúna informações da atuação do MP no combate ao trabalho escravo e ao tráfico de pessoas” Ulisses de Carvalho confirmou que até julho de 2020 conseguirá as informações acerca dos observatórios. O MPT desenvolve um programa de divulgação dos observatórios e do aumento da base de dados. **Ação 6:** “Auxiliar na troca de informações relevantes ao trabalho escravo e ao tráfico de pessoas entre as unidades e ramos do MP ou destas com outras instituições” Ação Permanente da Presidência do

4



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

CONATETRAP, solicitação de pauta no CNPG e no GNDH. **Ação 7:** “Definir e monitorar, anualmente, indicadores de execução de combate ao trabalho escravo e ao tráfico de pessoas ligados ao MP.” O Coordenador do Fórum Nacional de Gestão do Ministério Público (FNG-MP), também signatário desta Ata, Carlos Andrade, irá solicitar aos Representantes da Administração Superior (RAS) que levantem em suas respectivas unidades a existência de Ações e Indicadores até março de 2020. **Ação 8:** “Proporcionar capacitação aos membros e servidores do MP no combate ao trabalho escravo e ao tráfico de pessoas.” Para o primeiro semestre já está definida a realização do Seminário “Migração e Desenvolvimento Econômico”, em São Paulo, no dia 16 de março de 2020. Para o segundo semestre, Ana Lara Camargo iniciará tratativas com o Colégio de Diretores de Escolas dos Ministério Público do Brasil (CDEMP), para a realização de eventos em diversas regiões do país. A conselheira Fernanda Marinela colocou a Unidade Nacional de Capacitação do Ministério Público (UNCMP), a qual preside, à disposição para apoiar eventos de capacitação do CONATETRAP. **Ação 9:** “Acompanhar os processos e procedimentos que versam sobre a utilização de trabalho escravo e ao tráfico de pessoas, que se encontram tramitando no MP”. Permanece no aguardo, até julho de 2020, da assinatura do projeto de cooperação entre o MMFDH e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD): “Mapeamento das Ações Penais e Trabalhistas em Curso na Justiça Federal e do Trabalho”, através do qual a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) irá levantar todos os litígios no país que tratam do trabalho escravo. **Ação 10:** “Fomentar a temática do trabalho escravo e do tráfico de pessoas nos cursos de ingresso e formação dos membros do MP”. O Presidente irá oficiar o relator da proposta de requisitos mínimos para capacitação nos cursos de ingresso e vitaliciamento, que tramita no plenário do CNMP. **Ação 11:** “Apoiar e/ou criar campanha nacional de conscientização, sensibilização para erradicação do trabalho escravo e ao tráfico de pessoas.” Estabelecidas as seguintes datas comemorativas para 2020: a) 28 de janeiro - Dia Nacional de Combate ao Trabalho Escravo; b) 13 de maio - Abolição da Escravatura; c) 20 de maio - 25 anos do Grupo Móvel; d) 20 de junho - Dia Mundial do Refugiado, e) 30 de julho - Dia Mundial e Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas; f) 23 de agosto - Dia Internacional de Lembrança do Tráfico de Escravos; g) 29 de setembro -

5



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

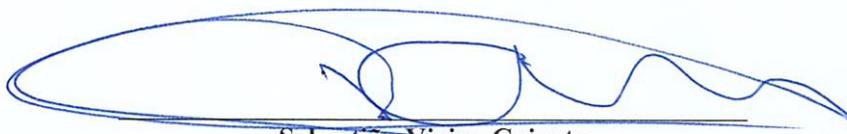
Dia Mundial do Migrante e do Refugiado; e h) 10 de dezembro - Dia Universal dos Direitos. Definido que na próxima Reunião Ordinária, dia 17 de março de 2020, irá deliberar-se acerca da celebração do dia 13 de maio – Abolição da Escravatura. Foi apresentado e aprovado o relatório anual sobre as atividades do CONATETRAP, previsto no artigo 4º da Resolução CNMP nº 197/2019, que instituiu este Comitê. O Presidente pediu para acrescentar menção à 3ª Reunião Ordinária de 2019. Dando sequência à reunião, Dante Viana relatou sobre Missão Técnica do MMFDH e MJSP para compreender a política de combate ao tráfico de pessoas no Reino Unido. Naquela oportunidade foi disponibilizado para os integrantes das forças de fronteira (*Border Force*) um curso a distância. Dante Viana colocou-se à disposição do MP para pautar a Missão Técnica que o Reino Unido deverá fazer no Brasil nos próximos meses, com a possibilidade de realizar um Seminário com a participação desses enviados, para troca de informações e experiências, a partir do acordo de cooperação bilateral já firmado com o Reino Unido (similar ao EMILAT/USA). Entretanto deve-se aguardar pelas definições posteriores à saída do Reino Unido da União Europeia, por conta da necessidade de financiamento externo da iniciativa. O Reino Unido afirma existirem 27 vítimas brasileiras de tráfico de pessoas, entretanto o MJSP não tem essa informação confirmada. Ana Lara Camargo tem o contato do adido policial na embaixada do Reino Unido, e irá passar ao Dante. Outras deliberações: a) a Segunda Reunião Ordinária de 2020 do CONATETRAP acontece dia 17 de março, às 9 horas, na Procuradoria Regional do Trabalho da 2ª Região (PRT2 SP), enviar convite; b) oficial ao Comitê Distrital de Enfrentamento ao Tráfico de Seres Humanos, em Brasília, apresentando o CONATETRAP e colocando sua estrutura à disposição. Outros informes: a) o MJSP/CONTARAP comprometeu-se a encaminhar ao CONATETRAP o rol de comitês locais tão logo conclua sua atualização; b) também estão lançando em 7 estados “mini folder” alertando sobre o tráfico de pessoas, para ser encartado em todos os passaportes emitidos pela Polícia Federal em cinco estados; c) dia 30 de janeiro será lançado o edital para sociedade civil concorrer a três vagas destinadas à Sociedade Civil no CONATRAP; d) MMFDH/CONATRAE lança, dia 28, documentário alusivo aos 15 anos de sua instituição, para o qual estão todos convidados; e) MJSP/CONATRAP assinou termo de execução descentralizada com a Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

6

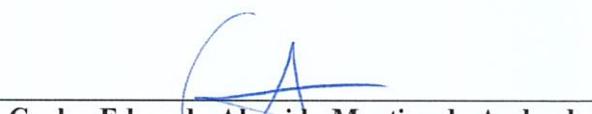


CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

(IPEA) que irá desenvolver pesquisa no âmbito do Programa Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, relativamente às metas 1.2, 1.9, 1.10 e 2.3, durante 24 meses, sendo que Renata Braz comprometeu-se a encaminhar ao CONATERAP cópia da apresentação da pesquisa e do termo assinado. Nesse sentido Ana Lara Camargo sugeriu convidar os pesquisadores para participarem da 2ª Reunião Ordinária do CONTETRAP, dia 17 de março próximo, presencialmente ou por vídeo conferência, pelo que Renata Braz irá encaminhar o contato do pesquisador. Ao final, Sebastião Caixeta agradeceu aos presentes, e encerrou a sessão às dezesseis horas. Lavra-se a presente ata, que vai assinada pelo Presidente do CONATETRAP e por este secretário.



Sebastião Vieira-Caixeta
Presidente



Carlos Eduardo Almeida Martins de Andrade
Secretário

